



AUTOGESTÃO COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA POLÍTICO-CULTURAL: O CASO DO QUILOMBO DA GAMBOA

Maria Sândeny de Lima

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | maria.delima@fau.ufrj.br

Ísis Marciana Santos da Silva

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | isis.silva@fau.ufrj.br

Sessão Temática 07: política habitacional de direito à moradia

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão do papel da autogestão como ferramenta de resistência política, cultural e territorial. Para isso utilizamos o Quilombo da Gamboa, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro como caso-referência. Articula-se, num primeiro momento, conceitos que relacionam direito à moradia e lutas sociais nas definições de autogestão. Posteriormente nos lançamos sobre a compreensão mais aprofundada do Quilombo da Gamboa e do desenrolar desses conceitos dentro do seu processo de articulação e desenvolvimento. A partir de observação participante e de entrevistas semiestruturadas foram coletados dados e informações que auxiliaram na compreensão da dinâmica do Quilombo atualmente, o que permitiu uma imersão na sua estrutura espacial, dinâmicas cotidianas, atividades desenvolvidas e métodos de gerenciamento. Tratamos ao final, de levantar reflexões acerca do papel da autogestão a relacionando a marcadores como territorialidade, resistência política, cultura e racialidade.

Palavras-chave: autogestão; movimentos sociais; Quilombo da Gamboa; resistência político cultural

HOLSING SELF-MANAGEMENT AS A TOOL OF POLITICAL-CULTURAL RESISTANCE: THE CASE OF QUILOMBO DA GAMBOA

Abstract: *The present article proposes a reflection on the role of self-management as a tool for political, cultural, and territorial resistance. To this end, we use the Quilombo da Gamboa, located in the port area of Rio de Janeiro, as a reference case. Initially, the article discusses concepts that relate the right to housing and social struggles within the framework of self-management definitions. Subsequently, it delves deeper into understanding Quilombo da Gamboa and the unfolding of these concepts within its articulation and development processes. Data and information were collected through participant observation and semi-structured interviews, which contributed to understanding the dynamics of the Quilombo today. This allowed for an immersion into its spatial structure, daily routines, activities, and management methods. Finally, the article raises reflections on the role of self-management, linking it to markers such as territoriality, political resistance, culture, and racial identity.*

Keywords: *housing self-management; social movements; Quilombo da Gamboa; cultural political resistance*

LA AUTOGESTIÓN COMO HERRAMIENTA DE RESISTENCIA POLÍTICO-CULTURAL: EL CASO DE QUILOMBO DA GAMBOA

Resumen: *Este artículo propone una reflexión sobre el papel de la autogestión como herramienta de resistencia política, cultural y territorial. Para ello utilizamos como caso de referencia el Quilombo da Gamboa, ubicado en la zona portuaria de Río de Janeiro. Inicialmente se articulan conceptos que relacionan el derecho a la vivienda y las luchas sociales en las definiciones de autogestión. Posteriormente, nos embarcamos en una comprensión más profunda del Quilombo da Gamboa y el despliegue de estos conceptos dentro de su proceso de articulación y desarrollo. A partir de la observación participante y entrevistas semiestructuradas se recolectaron datos e información que ayudaron a comprender la dinámica del Quilombo en la actualidad, lo que permitió una inmersión en su estructura espacial, dinámica cotidiana, actividades realizadas y métodos de gestión. Al final, intentamos plantear reflexiones sobre el papel de la autogestión, relacionándola con marcadores como la territorialidad, la resistencia política, la cultura y la racialidad.*

Palabras clave: *autogestión; movimientos sociales; Quilombo da Gamboa; resistencia política cultural*

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileiro produziu ao longo do tempo cidades com malhas urbanas excludentes e dinâmicas sociais perpassadas por desigualdades. O Rio de Janeiro, segundo o IBGE 2022, é a segunda maior cidade do país tendo mais de seis milhões de habitantes. Desde seu passado colonial até os dias atuais, sua lógica de desenvolvimento tornou nítida a territorialização de grandes problemas urbanos, entre eles, o habitacional.

A história da zona portuária do Rio de Janeiro acompanha a história da própria cidade. Pela sua localização estratégica no litoral sul, a Baía de Guanabara passou a desempenhar um importante papel comercial desde o século XVI com as atividades canavieiras e depois com a importação e exportação de minério e a importação de escravizados. Segundo Lamarão (2006) a expansão dessas atividades foi acompanhada de um processo de adensamento populacional. Diante das diversas dinâmicas comerciais e sociais criadas a partir desse contexto, a zona portuária foi palco de diversas modificações e intervenções urbanísticas ao longo do tempo, dentre elas, duas se destacam.

No início do século XX, o Plano Pereira Passos foi responsável pelo aterro de grande parte da Baía, distanciando os ancoradouros de embarcações das até então encostas, abrindo grandes vias e criando a Companhia das Docas e a Praça Mauá. Ao falar sobre as marcas históricas da zona portuária, Pimentel (2011) mostra que a matéria-prima para esses aterros veio de morros que existiam nas proximidades, como o Morro do Senado e o Morro do Castelo, que tiveram um número significativo de pessoas expulsas e desapropriadas. As famílias que moravam nesses morros se alojaram majoritariamente em casarões abandonados na própria zona portuária, gerando uma série de cortiços ou nas encostas do Morro da Providência, onde se formou a primeira favela do Rio de Janeiro.

O cenário que se criou a partir do Plano Pereira Passos foi o crescimento de favelas e moradias informais tanto na zona portuária quanto em outras partes da cidade. A região entra então num ciclo de precarização e abandono. Como sintetiza Angotti (2019), alguns projetos como a Cidade do Samba em 2006, tentaram promover um melhoramento urbano, mas os desacordos entre esferas de gestão pública e uma série de polêmicas que interromperam a construção de grandes equipamentos atuaram como fatores impeditivos de ações da prefeitura para a Zona Portuária do Rio de Janeiro. A área se tornou então não prioritária para o planejamento e desenvolvimento da cidade.

É a partir desse contexto que a segunda grande intervenção urbanística da Zona Portuária surge. Fruto de uma Operação Urbana Consorciada (OUC) criada pela Lei Municipal 101 de 2019, o Projeto Porto Maravilha possui cinco milhões de metros quadrados e nasceu com o objetivo de melhorar a área e prepará-la para os Jogos Olímpicos de 2016, sediados no Rio de Janeiro. A Área de Especial Interesse Urbanístico do Porto Maravilha, na Figura 1, inclui três bairros completos - Santo Cristo, Gamboa e Saúde - e uma parte de quatro outros bairros - Centro, Cidade Nova, São Cristóvão e Caju. Na parte sul do bairro da Gamboa, se encontra ainda o Morro da Providência, que abriga a primeira favela do Rio de Janeiro, de mesmo nome.

Figura 1: Área de Especial Interesse Urbanístico do Porto Maravilha



Fonte: as autoras a partir de imagem do Google Earth, 2024.

Dividido em duas fases, o projeto do Porto Maravilha prevê o prazo de 30 anos para sua conclusão. Nos anos que já se passaram, o projeto foi marcado pela demolição do Elevado da Perimetral, implementação de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), revitalização da Praça Mauá, construção do Museu de Arte do Rio (MAR), Museu do Amanhã, AquaRio e uma série de infraestruturas urbanas e grandes polos residenciais e centros comerciais. Tal cenário reforça o objetivo do Porto Maravilha de colocar o Rio de Janeiro no *hall* de cidades globais, unindo a revitalização de uma área central com grandes empreendimentos turísticos e a expectativa de construção de polos de empresas multinacionais.

Mas, se de um lado, as marcas do Porto Maravilha são grandes empreendimentos, de outro a marca evidente é a negligência com os moradores da zona portuária, com a participação popular durante os processos e com o compromisso na construção de habitação de interesse social. A área do Porto Maravilha corresponde a aproximadamente um terço da área central do Rio e como mostra o jornalista investigativo Adriano Belisário na sua reportagem "O outro lado do Porto Maravilha", apesar de aumentar o número de moradia popular sempre ter sido prioridade nos rascunhos de urbanização para o local, não foi o que aconteceu na prática na construção do Porto Maravilha.

Sendo uma das maiores Parcerias Público Privadas (PPP) do país, os projetos de habitação aprovados dentro do Porto Maravilha são majoritariamente grandes condomínios que tem como foco uma população que ganha entre cinco e seis salários mínimos, muito distante da realidade da população já moradora da zona portuária. Segundo o IBGE 2010, a região possuía 10.098 domicílios e destes, apenas 611 (aproximadamente 6%) possuíam renda maior que três salários mínimos. A pesquisa Prata Preta executada pelo Observatório das Metrôpoles e pela Central de Movimentos Populares (CMP) mapeou ainda a presença de cerca de mil pessoas que viviam em cortiços na área, realidade que foi ignorada pelo projeto do porto.

É nesse contexto que se desenvolve o Quilombo da Gamboa, um projeto de Habitação de Interesse Social em meio a zona portuária construído por movimentos sociais e baseado nos princípios de autogestão. Dois movimentos se destacam na condução do Quilombo da Gamboa, a Central de Movimentos Populares (CMP) e a União de Moradia Popular (UMP). O projeto compreende habitação como muito mais que um local de moradia e se constrói como um espaço de ancestralidade e resistência político-cultural promovendo uma série de atividades coletivas em parceria com moradores, movimentos sociais e atores diversos. Sua localização, no coração de uma zona disputada constantemente pelo grande capital, faz com que uma série de marcadores materiais e simbólicos sejam condicionantes a sua existência.

O presente artigo tem como objetivo chamar atenção para o papel da autogestão como ferramenta de resistência política, cultural e territorial. Para isso sugerimos um olhar para o projeto do Quilombo da Gamboa como caso-referência. A metodologia adotada partiu do levantamento e revisão teórico-conceitual da temática da autogestão e do direito à moradia digna com o objetivo de entender a relação entre autogestão, organização popular na luta por moradia e construção de territorialidade. Em sequência, apresenta-se um panorama sobre o surgimento do Quilombo da Gamboa e os principais marcadores desse processo.

Como ferramenta de aproximação do Quilombo da Gamboa foi usada a metodologia da observação participante com objetivo de estimular a apreensão e compreensão das práticas desenvolvidas no local a partir da experiência vivida. Foi utilizado ainda o instrumento metodológico da entrevista semiestruturada, a partir das quais foram coletados dados e informações que auxiliaram na compreensão do contexto histórico e situação atual do Quilombo a partir do olhar de quem o constrói diariamente. A entrevista foi realizada a partir de um roteiro inicial apresentado no Quadro 01 abaixo.

Quadro 1: Roteiro da Entrevista

Questão Principal	Informações a serem extraídas a partir do desenvolvimento da entrevista
Qual foi o contexto de criação do Quilombo da Gamboa?	<ul style="list-style-type: none">• Origem e quantidade das famílias que se somaram a ocupação• Envolvimento de outras organizações no processo de lutas• Formas de desenvolvimento do Quilombo nos seus primeiros anos
Como se organiza o Quilombo da Gamboa hoje?	<ul style="list-style-type: none">• Quantidade de moradores hoje• Dados sobre o perfil dos moradores (idade, escolaridade, gênero, raça, etc)• Organização interna e mecanismos de decisões coletivas• Relação entre espaço de moradia e espaço de construções coletivas
Quais atividades o Quilombo desenvolve e como elas surgem e se organizam?	<ul style="list-style-type: none">• Decisão de transformar o local em espaço não só de moradia• Tipos de atividades desenvolvidas e seu gerenciamento• Ligação entre atividades desenvolvidas e geração de renda• Impasses entre individualidade e coletividade
Qual é a relação entre o espaço de resistência popular que é o Quilombo da Gamboa com o Porto Maravilha?	<ul style="list-style-type: none">• Formas de cooptação e pressão entre construtoras e moradores e representantes do Quilombo• Impactos da especulação no dia a dia do Quilombo e na consolidação do seu projeto final

Fonte: as autoras.

O roteiro foi desenvolvido a partir de questões de interesse para a produção do artigo, contudo, a condução das entrevistas não apresentou rigidez formal para que os entrevistados se sentissem à vontade para compartilhar seus relatos e experiências para além das questões pré-estabelecidas. Dois coordenadores dos movimentos sociais ligados ao Quilombo da Gamboa foram ouvidos para a construção das reflexões aqui apresentadas. Por motivos de preservação de imagem, no desenvolvimento da narrativa as informações extraídas a partir das entrevistas aparecem mencionadas como "Entrevista 1" e "Entrevista 2".

AUTOGESTÃO HABITACIONAL E A LUTA POR MORADIA

Ao buscar entender a produção de moradia digna no modelo autogestionário do Quilombo da Gamboa e seu papel de resistência, refletiu-se sobre algumas questões que se tornaram importantes para a estruturação deste trabalho. O conceito de autogestão se apresenta como uma forma de mudança política, um movimento social de auto-organização de uma classe. Diversos autores contribuem para o estudo desse conceito o abordando por meio de diversas perspectivas tanto políticas e econômicas quanto sociais. É na perspectiva social do conceito que nos apoiaremos para a produção durante o presente artigo. A autogestão social é segundo Nildo Viana uma forma de organização no qual a população possui o poder de determinar e produzir conforme as necessidades coletivas. "Desta forma, a sociedade autogerida é a forma de associação de seres humanos que corresponde à natureza humana, uma sociedade verdadeiramente humanizada." (VIANA, 2008, p.8).

Na produção habitacional, trata-se da organização social da população no qual o gerenciamento, o desenvolvimento de projetos e propriamente dita a construção de moradias

são realizadas coletivamente. Ou seja, “a definição de autogestão na área habitacional refere-se a ações em que a produção de moradias, ou a urbanização de uma área, ocorra com o controle dos recursos públicos e de obra pelos movimentos populares, pelas associações e cooperativas.” (RODRIGUES, 2013, p.25). Essa estratégia de produção habitacional é pautada pela luta à moradia e “representam um reconhecimento do papel que a população organizada pode desempenhar na produção social da moradia e na construção do direito à cidade.” (FERREIRA, 2012b, p.133, apud MIRANDA, 2017, p.11).

Portanto, entende-se que a luta à moradia não se resume apenas ao acesso à habitação, mas é também acompanhada por reivindicações pelo acesso aos serviços urbanos e políticas públicas urbanas que implicam na produção social do espaço e o direito à cidade, ou no caso do presente estudo, o direito às áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro aliada a construção de pertencimento territorial, cultural e político. O conceito de direito à cidade surge diante de um contexto no qual as manifestações populares e a universidade uniram-se em suas reivindicações. Segundo Lefebvre (2008) o direito à cidade refere-se ao acesso a todos a participação e apropriação da cidade e seus direitos fundamentais.

Em condições difíceis [...], certos direitos abrem caminho, direitos que definem a civilização. Esses direitos mal reconhecidos [...] mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.). (LEFEBVRE, 2008, p.138-139).

No Brasil, esse conceito influenciou o movimento de reforma urbana na década de 1960 com o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), porém foi interrompido nos período da ditadura militar sendo retomado para as pautas durante a redemocratização do Brasil na década de 1980. Durante o processo de redemocratização, o conceito de direito à cidade, através do MNRU, teve um papel importante para a política urbana da Constituição Cidadã. Para Ermínia Maricato, as reivindicações populares dessa época deveriam não apenas lutar pelo acesso à terra, mas também lutar por uma condição de vida digna na cidade, portanto, “na cidade não queremos só terra, nós queremos o direito à cidadania, à vida na cidade” (MARICATO, 1987, p.43).

A articulação entre os movimentos sociais de reforma urbana e de moradia reivindicaram pela formulação de políticas e programas de habitação de interesse social direcionados à autogestão. Com a aprovação da Lei do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) - Entidades, associações e cooperativas habitacionais autogestionárias com experiência comprovada e habilitada passaram a ser contemplados pelo programa que “apoia a produção social da moradia e a participação da população como protagonista na solução de seus problemas habitacionais, estimulando a organização popular e a produção habitacional por autogestão.”

Apesar de representar um grande avanço, as conquistas no âmbito legal não apresentaram os resultados esperados, segundo dados específicos do MCMV - Entidades apenas 0,70% do valor total destinado ao programa foi utilizado, menos de 50% do teto de 2% previsto inicialmente, devido às dificuldades encontradas pelas associações como a valorização dos preços dos terrenos disponíveis, falta de informação em relação à modalidade do contrato, dificuldade no acesso à assessoria técnica e jurídica, entre outros.

Embora haja um cenário desanimador diante do déficit habitacional, pouca produção de habitação autogestionada, pequenas mudanças em relação à precariedade da moradia ou melhoria expressiva na condição de vida digna nas cidades, a atuação dos movimentos sociais se faz necessária na luta por garantia à moradia digna e investimentos na política habitacional, entre elas o financiamento da produção habitacional autogestionária. Nesse contexto, olhar para experiências de autogestão e compreender o modo como surgem e se desenvolvem cumpre papel fundamental na defesa do direito à moradia como horizonte possível e coletivo.

Portanto, a obtenção do direito à construção de moradias através do benefício do MCMV - Entidades por meio um modelo autogestionário no Quilombo da Gamboa representa não só uma conquista para a organização popular dos moradores mas também uma voz ativa de resistência ao apagamento histórico da população que constantemente é expulsa dessa região, principalmente com a chegada de investimentos em empreendimentos imobiliários e projetos milionários de parceria público-privado para a área da Zona Portuária. Assim, durante os próximos tópicos, nos aprofundaremos na experiência do Quilombo da Gamboa e buscaremos identificar como a política, a cultura e as dimensões simbólicas em torno deste território são transversais à reivindicação do direito de morar.

QUILOMBO DA GAMBOA E A LUTA PELO DIREITO À HABITAÇÃO

Ainda que o processo de ocupação do território que hoje é o Quilombo da Gamboa tenha se desenvolvido de forma mais consolidada em paralelo ao desenvolvimento do projeto do Porto Maravilha, o início da sua construção começa alguns anos antes, entre 2005 e 2006, quando a revitalização da zona portuária era apenas especulação discutida entre atores sociais da área. Ao falar sobre esse período, Miranda (2017) afirma que:

Em 2006, na primeira gestão do governo Lula, foi criado um Grupo de Trabalho Nacional da Secretaria do Patrimônio da União para a identificação de terras públicas e destinação para habitação de interesse social. O objetivo desse trabalho era juntar entidades locais, em diversas cidades do Brasil, para buscar terras da União que tinham potencial para serem destinadas para moradia popular (...) no Rio de Janeiro, foi formado um grupo com a Caixa Econômica Federal, a Fundação Bento Rubião, a Secretaria do Patrimônio da União, a Fiocruz e Movimentos Sociais locais, que identificaram terrenos na região portuária. (MIRANDA, 2017, p. 74-75)

A partir desse processo, em 2008 o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão torna pública a Portaria 388/2008 e destina uma série de terrenos da zona portuária para a União

para fins de provisão habitacional de interesse social no âmbito da Ação de Apoio a Produção Social da Moradia, do Programa de Habitação de Interesse Social, operada com Recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, instituído pela Instrução Normativa nº 47, de 8 de outubro de 2008, do Ministério das Cidades.

Segundo a Entrevista 1, no período criou-se então um coletivo formado por famílias em ameaça de desapropriação do Quilombo das Guerreiras, ocupação localizada em prédio abandonado pela Companhia Docas e desapropriada em fevereiro de 2014 sem garantia de moradia para as famílias despejadas, junto a outras famílias vindas através dos movimentos CMP e UMP. Inicia-se então um período contínuo de cobranças e conversas entre as organizações envolvidas e as três esferas públicas para a destinação desses terrenos a construção de moradia popular.

Após extensa luta, a posse de seis terrenos na Rua da Gamboa foi garantida e o projeto da Habitação de Interesse Social foi iniciado em parceria com o escritório de arquitetas Chiq da Silva que o desenvolveu a partir de metodologias participativas junto aos futuros moradores. Contudo, ao longo dos anos o projeto sofreu diversas interferências do Porto Maravilha, como a alteração da via Binária do Porto que teve que ser redimensionada e impactou diretamente os limites do terreno e a própria liberação dos recursos para sua execução. Localizado próximo a Baía de Guanabara, como mostra a Figura 2, o território destinado a habitação popular fica próximo a uma série de grandes empreendimentos imobiliária do Porto Maravilha, o que torna cotidianas as investidas do capital financeiro e fictício que constroem o novo porto em relação ao espaço do Quilombo.

Figura 2: Localização do Quilombo da Gamboa



Fonte: as autoras a partir de imagem do Google Earth, 2024.

Enfrentando desafios ao seu financiamento, foi só no ano de 2015 que Quilombo consegue fechar contrato com o MCMV - Entidades e o projeto de habitação passa a ser financiado pela Caixa Econômica Federal, como mostra sua fachada na Figura 3 abaixo. Porém, o projeto, que

deve atender 116 famílias, ainda não foi iniciado. A Entrevista 1 foi direta a afirmação de que a mudança conjuntural no país no ano de 2016 com o golpe que promoveu o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff e o desmonte de órgãos como o Ministério da Cidade foi definitiva para o não andamento do projeto.

Figura 3: Fachada do Quilombo da Gamboa com Placa do Minha Casa Minha Vida – Entidades Fixada



Fonte: as autoras, 2024.

Contudo, ainda que o projeto formal ainda não tenha iniciado, o território do Quilombo da Gamboa é desde 2009 ocupado por dezesseis famílias que para além da moradia, reivindicam o local como um espaço de resistência e ancestralidade em meio ao seu entorno especulado. A decisão da ocupação do espaço antes da consolidação do seu projeto se deu tanto pela demanda de algumas famílias por moradia imediata quanto pela preocupação da investida imobiliária no terreno. Inicialmente feita a partir de colchões ao ar livre e barracas de lona, hoje o Quilombo da Gamboa tem um espaço consolidado. Dos seis terrenos que o Quilombo possui, dois são atualmente utilizados para moradia e desenvolvimento de atividades.

A Entrevista 2, demonstrou que ainda durante o segundo semestre de 2024 os processos contratuais tendem a voltar a correr e que ajustes no projeto iniciado em 2009 já vêm sendo feitos a partir de metodologias coletivas para se atualizar a nova realidade do local. Para as

reflexões aqui propostas, nos concentraremos na forma como o Quilombo se desenvolveu nos últimos tempos. Se construindo de forma autogestionada, o espaço se produz de acordo com o que a realidade material e utópica demanda.

AUTOGESTÃO NO CONTEXTO DO QUILOMBO DA GAMBOA

O breve resgate da trajetória percorrida para a conquista do Quilombo da Gamboa, seja do ponto de vista da apropriação formal ou simbólica do território, já demonstra uma importante experiência de autogestão no contexto habitacional. Partindo dos marcos conceituais apresentados anteriormente que nos apresenta a autogestão como a forma pela qual os sujeitos determinam e produzem o espaço de acordo com as necessidades coletivas, é necessário compreender a organização social do Quilombo da Gamboa e como seu gerenciamento e desenvolvimento é construído. Antes de adentrar na forma de auto organização cotidiana do Quilombo da Gamboa é importante entender sua dinâmica espacial.

Na área usada atualmente é possível perceber três setores distintos, sendo eles: habitacional, coletivo de uso específico e coletivo multiuso. Como mostrado na Figura 4 abaixo, o habitacional compreende as diferentes tipologias habitacionais, o coletivo de uso específico compreende a cozinha, o banheiro e a horta e o coletivo multiuso, a área livre da entrada e o espaço coletivo no centro do Quilombo.

Figura 4: Mapa Setorização do Quilombo da Gamboa



Fonte: as autoras a partir de imagem do Google Earth, 2024.

A área habitacional apresenta duas tipologias distintas. Na entrada do Quilombo, como mostra a Figura 5, as habitações são de alvenaria convencional e tem uma estrutura mais permanente. O número de habitações nessa tipologia é menor, sendo apenas duas residências de alvenaria, elas abrigam mais de uma família cada. A Entrevista 2 afirmou que o debate coletivo feito depois da construção dessas habitações, deliberou que a construção

das outras unidades habitacionais fosse menos permanente. A definição surgiu a partir tanto da lógica de que o desenho atual do Quilombo não é seu projeto definitivo, quanto da necessidade de viabilização financeira e em curto tempo das demais habitações, que apresentaria dificuldades caso a tipologia fosse de alvenaria.

Figura 5: Entrada do Quilombo da Gamboa ao centro e Habitações de Alvenaria a direita



Fonte: as autoras, 2024.

Dentre as diversas relações estabelecidas com outras organizações, foi a partir da parceria com a TETO Brasil que as demais habitações do Quilombo foram viabilizadas. Em mutirão durante um final de semana que envolveu mais de 200 voluntários, moradores e parceiros, nove outras habitações foram construídas em madeira, como mostra a Figura 6. Além de sua materialidade distinta, essas habitações são menores em área, decisão tomada a partir da quantidade de unidades habitacionais que se desejava construir e em função de orçamento disponível e espaço.

Figura 6: Habitações de Madeira no Quilombo da Gamboa



Fonte: as autoras, 2024.

As áreas coletivas de uso específico são os banheiros, a horta e a cozinha, a última pode ser vista nas figuras 7 e 8 mostradas adiante. As entrevistas deixam claro que cada espaço do Quilombo foi produzido a partir de muitas mãos. Sobre a horta, a Entrevista 1 coloca que foi financiada e construída a partir de doações feitas por pesquisadores que se relacionam com o local. Sobre a cozinha coletiva, coração do Quilombo, a Entrevista 2 afirma que também foi realizada a partir de mutirões e cumpre papel fundamental na dinâmica do local. Atualmente, durante o desenvolvimento do presente artigo, uma reforma na cozinha está em curso com o apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a partir de projeto de extensão.

Figura 7: Fachada Cozinha Coletiva



Fonte: as autoras, 2024.

Figura 8: Interior Cozinha Coletiva



Fonte: arquivos Quilombo da Gamboa, 2024.

Na Entrevista 1 foi exposto que durante um longo tempo a cozinha coletiva era a única cozinha do Quilombo e a refeição de todas as famílias era feita nela. Contudo, recentemente em assembleia, e após afastado o perigo à segurança dos moradores, foi decidido que cada família pode ter cozinha em sua própria unidade habitacional e hoje, apenas duas famílias ainda utilizam o espaço da cozinha coletiva para refeições diárias próprias. Ainda funcionando como motor de promoção de solidariedade e geração de renda e sociabilidade, o uso da cozinha coletiva hoje se volta majoritariamente para a preparação de quentinhas e sopões, distribuídos em outras áreas e ocupações da zona central da cidade, e de refeições coletivas nos eventos que recebe e promove.

A área coletiva multiuso é composta por um espaço coberto que geralmente é utilizado para reuniões e formações ou como palco para receber atrações a partir do uso também dos seus arredores. Na imagem 6 vemos uma reunião acontecendo no local. Ter um espaço coletivo para a construção de assembleias, reuniões e formações é de fundamental importância na construção de qualquer processo autogestionado, pois é só a partir de momentos de auto organização coletiva constante que os debates se transformam em consensos e estes, em ação prática e política.

Figura 9: Área Coletiva Multiuso



Fonte: as autoras, 2024.

A Entrevista 1 explica que as famílias que moram no Quilombo vêm de experiências de habitação diversas. Algumas famílias vêm de ocupações onde a organização política se constituiu de maneira mais presente, para essas a prática de métodos de decisão coletivos já está mais enraizada. Outras famílias vieram de processos de ocupação desenvolvidos de maneira mais autônoma e sendo assim, com métodos frágeis de incorporação de princípios de autogestão. Nesse sentido, ambas as entrevistas demonstram que, de fato, há dificuldade na construção de decisões coletivas diárias, mas que os anos de Quilombo até aqui foram dedicados a um longo processo pedagógico de construção de coletividade e que hoje, chegar a consensos é menos complexo do que já foi anteriormente.

As assembleias para debater e decidir sobre questões relacionadas ao Quilombo são semanais, isso porque as iniciativas desenvolvidas pelo grupo são diversas e porque a luta pela permanência no território, ainda que com posse legal garantida, é motivo de vigilância e preocupação constante. Dentro desse contexto, ambas as entrevistas mostram que ainda existem movimentações dos agentes que disputam o território, sobretudo relacionados ao capital financeiro, que preocupam os moradores.

Ao compreender a autogestão no contexto do Quilombo da Gamboa, as entrevistas mostraram que ter claro o perfil dos moradores é fundamental para que os métodos de estimular debates e tomar decisões permitam que o princípio da equidade seja promovido. É compreendendo que não somos todos iguais que é possível estabelecer equilíbrios. Nesse sentido a Entrevista 2 esboça que dentre os moradores do Quilombo da Gamboa, a maioria é de adultos entre 30 e 60 anos e que a maioria são homens. No local, moram 4 idosos acima de 60 anos e 6 crianças, sendo duas filhas de mãe solo. Grande parte dos moradores trabalha com trabalho doméstico ou construção civil e a maioria trabalha como vendedor ambulante no centro do Rio, ponto fundamental para a necessidade de moradia na região.

Em relação ao nível de escolaridade, a realidade é diversa e vai desde pessoas com ensino fundamental incompleto até nível superior que tem o ingresso estimulado sobretudo aos jovens do local. Em relação a raça, relata-se que todos os moradores são negros (pretos ou pardos) e essa afirmação se relaciona diretamente com a decisão política de fazer com que o Quilombo da Gamboa se coloque como muito mais que um espaço de habitação de interesse social, mas também como um espaço de ação política perpassada por ancestralidade.

PARA ALÉM DA MORADIA: AÇÃO POLÍTICO-CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DA PERMANÊNCIA

Como defendido ao longo do texto, o Quilombo da Gamboa é um espaço que nasce a partir da demanda concreta de habitação popular na zona portuária do Rio de Janeiro, mas que se desenvolve e se estabelece no território como algo mais amplo. Durante as entrevistas 1 e 2, quando questionado sobre as atividades que acontecem no Quilombo, as respostas deixam nítido que a construção de relação entre organizações, movimentos, coletivos e políticos do campo progressista são importantes do ponto de vista da ampliação da luta por moradia para além dos movimentos sociais envolvidos diretamente no processo e para a segurança da permanência no local a partir da afirmação do seu valor cultural, político e simbólico. A figura 10 a seguir mostra uma atividade que conta com a participação de diversas entidades parceiras do projeto.

Figura 10: Articulação entre organizações no espaço



Fonte: as autoras, 2024.

Compreendemos então, que as atividades externas, aquelas construídas para sujeitos além dos próprios moradores, acontecem em dois sentidos, sendo eles: ações de caráter político e ações de caráter cultural. Por caráter político assumimos aqui tanto ações ligadas a partidos políticos diretamente, como sobretudo ações ligadas a questões políticas de afirmação de liberdades e direitos. As figuras 11 e 12 mostram atividades que se relacionam com ações políticas desenvolvidas no local.

Figura 11: Atividade Política



Fonte: as autoras, 2024.

Na Figura 11 vemos o lançamento de uma candidatura de esquerda do espaço do Quilombo. A escolha do local para a atividade demonstra o valor simbólico que o local tem na representação da luta por direito à moradia na cidade. Já na Figura 12, vemos uma formação sobre a Questão Urbana no Brasil, desenvolvida em parceria entre Universidade, movimentos sociais e moradores.

Figura 12: Atividade Formativa



Fonte: as autoras, 2024.

Segundo a Entrevista 2, essas atividades são importantes porque além de afinar as relações entre entidades já citadas anteriormente, também garante uma diversidade de debates importante para o grupo de moradores no sentido também formativo. A Entrevista 2 destaca que assuntos como violência doméstica, igualdade de gênero e direitos da população LGBTQIAPN+ passaram a ser debatidos no território a partir dessas ações.

Já as ações de caráter cultural se relacionam diretamente com o sujeito que ocupa o território de forma permanente, todas pessoas negras, e com o compromisso carregado pelo nome da

ocupação que traz a partir do Quilombo o princípio da valorização da resistência cultural do povo preto. Como foi experienciado durante o desenvolvimento da pesquisa e afirmado durante as entrevistas, as atividades culturais que acontecem no local estão majoritariamente ligadas a manifestações culturais negras, como é o caso das diversas rodas de samba como a vista na Figura 13.

Figura 13: Roda de Samba



Fonte: as autoras, 2024.

Outras manifestações de valorização cultural negra também foram citadas, como a presença do Hip-Hop e de apresentações ligadas à cultura drag. Ao caminhar pelo local é possível perceber, como mostrado na Figura 14, que os símbolos manifestados nesse local de valorização cultural estão presentes também nos adornos, pinturas e grafites presentes por toda parte.

Figura 14: Elementos Simbólicos nas Paredes



Fonte: as autoras, 2024.

A política e a cultura são marcadores que cumprem então papel fundamental na consolidação do espaço do Quilombo da Gamboa como marco simbólico da luta por direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro e assim, garantem a partir da visibilização constante desse território, segurança de permanência para seus moradores diante dos desafios postos pela sua localização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, podemos concluir que dois são os pontos responsáveis por constituir o Quilombo da Gamboa como essa experiência de habitação de interesse social que articula direito à moradia a uma manifestação tão clara de resistência territorial a partir de ações políticas e culturais. Primeiramente, a tradição política trazida a partir dos movimentos de moradia que mobilizaram a ocupação é fundamental para o direcionamento pedagógico desse formato de ocupação. E na mesma medida, o perfil do sujeito que ocupa o território e seus marcadores de trabalho e raça.

A zona portuária do Rio de Janeiro possui marcas densas de violência racial na sua história. Sendo a maior porta de entrada de escravizados do país no século XVIII com milhões de corpos desumanizados e comercializados, iniciativas de justiça social que relacionam uma dimensão racial à sua construção são fundamentais nesse território. Com o neoliberalismo e a tentativa desenfreada de transformação das grandes cidades em cidades globais ignorando suas particularidades sociais e dimensões simbólicas para dar espaço a grandes capitais, experiências como o Quilombo da Gamboa devem ser não só estudadas, como apoiadas e produzidas a fim de conservar nossa história e produzir cidades que planejem o futuro com olhos atentos ao que é inegociável diante do seu passado, como a garantia de direitos básicos – sobretudo para a população negra.

REFERÊNCIAS

- ANGOTTI, Fabíola Belinger; RHEINGANTZ, Paulo A.; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. **Performações e múltiplas realidades do Porto Maravilha: entre consensos, resistências e controvérsias na zona portuária do Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Gestão Urbana, São Paulo, v. 11, p. 1-19, 2019.
- D'OTTAVIANO, Camila. **O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES: CRÍTICA NECESSÁRIA VERSUS CONSOLIDAÇÃO DOS AVANÇOS.** In: Habitação, Autogestão & Cidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. cap. 1, p. 31-84. ISBN 978-65-87594-93-4.
- FERREIRA, Regina Fátima. **Movimentos sociais, autogestão e a construção da política nacional de habitação no Brasil.** In: Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. cap. I parte, p. 116-138. ISBN 978-85-7785-172-0.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos Trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Centauro Editora, São Paulo, 2008.

MARICATO, Ermínia et al. **Os mutirões de São Paulo e reforma urbana**. Entrevista. Revista Proposta FASE, ano 12, n. 35, 1987

MIRANDA, Paula Menezes Salles de. **Moradia e autogestão no Quilombo da Gamboa: espaço, projeto e contradições**. Orientador: Cláudio Rezende Ribeiro. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PIMENTEL, Márcia. **Zona portuária: revitalizações e marcas históricas**. 2011. Disponível em: <https://multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/369-zona-portuaria-revitalizacoes-e-marcas-historicas>. Acesso em: 26/2024.

RODRIGUES, E. L. (2013). **A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP

VIANA, Nildo. **A Autogestão Social**. In: Cadernos de Formação. Goiânia: Movaut, 2008.